

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 25/03/1992
C	Rubrica



216

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**

Processo N.º 10.680-017.686/87-53

ovrs

Sessão de 22 de outubro de 1991

ACORDÃO N.º 201-67.445

Recurso n.º 84.022

Recorrente ORGANIZAÇÕES CARDOSO LTDA.

Recorrida DRF EM BELO HORIZONTE/MG

PIS - Auto de infração que não atende aos requisitos mínimos estabelecidos no Decreto nº 70.235/72. Processo que se anula. "ab initio".

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por ORGANIZAÇÕES CARDOSO LTDA.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em anular o processo "ab initio".

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1991.

Roberto Barbosa de Castro
ROBERTO BARBOSA DE CASTRO - PRESIDENTE

Salma Santos Salomão Wolszczak
SELMAR SANTOS SALOMÃO WOLSZCZAK - RELATORA

Antônio Carlos Taques Camargo
ANTÔNIO CARLOS TAQUES CAMARGO - PRFN

VISTA EM SESSÃO DE *25 OUT 1991*

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros LINO DE AZEVEDO MESQUITA, HENRIQUE NEVES DA SILVA, DOMINGOS ALFEU C. DA SILVA NETO, ANTONIO MARTINS CASTELO BRANCO, ARISTÓFANES FONTOURA DE HOLANDA e SÉRGIO GOMES VELLOSO.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
Processo № 10.680-017686/87-53

Recurso №: 84.022

Acordão №: 201-67.445

Recorrente: ORGANIZAÇÕES CARDOSO LTDA.

R E L A T Ó R I O E V O T O

O presente processo desatende inteiramente às normas que regem o procedimento administrativo-fiscal, inscritas no 70.235/72.

O Auto de Infração não descreve os fatos dados como infringentes, a instrução do feito não foi procedida, e a decisão de primeiro grau meramente reporta-se a decisão que teria sido proferida em outro procedimento, nem sequer mencionado na autuação de que aqui se cuida.

Solicitei, a fls. 28, fosse realizada diligência, para que o órgão de origem providenciasse a juntada da impugnação e dos demais elementos que serviram à formação do juízo. Em retorno os autos trazem os documentos de fls.30/50, inclusive aí cópia do v. acórdão 105-5.229, que dá notícia de irregularidades na lavratura daquele outro lançamento, o qual se apoia em lançamento de ofício efetuado pelo Fisco Estadual e em outras supostas omissões de receita. O Egrégio 1º Conselho excluiu da exigência relativa ao Imposto de Renda a parte oriunda da apu-

segue-

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Processo nº 10.680-017.686/87-53

Acórdão nº 201-67.445

ração pelo fisco estadual e, no remanescente, sugeriu à repartição local que apreciasse o pedido de revisão do cálculo do crédito tributário remanescente, "feito pela recorrente às fls. 196 de seu recurso."

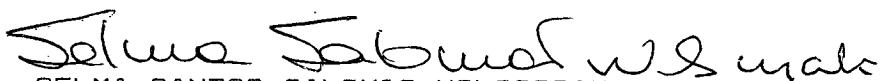
A repartição preparadora não anexou aos autos nem cópia daquele recurso, nem explicitou os valores em questão, nem trouxe aos autos as provas que foram acostadas àquele processo com a impugnação cuja cópia agora veio a este.

Nessas condições, o processo persiste mal iniciado, não suficientemente instruído, e até sem um demonstrativo detalhado das parcelas que constituem o crédito tributário aqui em lide.

Ao meu ver, deve ser decretada a inépcia da autuação de fls. , por efetuada com desrespeito às normas próprias, anulando-se, por consequência, o processo *ab initio*.

É como voto.

Sala de Sessões, em 22 de outubro de 1991.


SELMA SANTOS SALOMÃO WOLSZCZAK